

**PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI Nº 1.576 - SP (2019/0334648-0)**

**RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**REQUERENTE : LAURA GOMES DE OLIVEIRA**  
**ADVOGADO : MAISA CARMONA MARQUES - SP302658**  
**REQUERIDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

**DECISÃO**

Trazem os autos Pedido de Uniformização de Jurisprudência apresentado por **LAURA GOMES DE OLIVEIRA** contra acórdão da Turma Nacional de Uniformização, que não conheceu do incidente, ao fundamento de que a pretensão demanda reexame de provas, o que esbarra na Súmula 42/TNU (fls. 437/438).

Afirma o requerente, em síntese, que "acaso respeitada a jurisprudência dominante deste C. STJ acerca da possibilidade de reavaliação jurídica de fatos incontroversos, devidamente reconhecidos nas instâncias ordinárias, não haveria a incidência da Súmula em voga e o pedido de uniformização seria totalmente provido" (fl. 450).

**É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.**

Dispõe o art. 14, § 4º, da Lei 10.259/2001 que o incidente de uniformização dirigido ao STJ somente é cabível contra decisão da Turma Nacional de Uniformização que, apreciando questão de direito material, contrarie súmula ou jurisprudência dominante no STJ.

Nesse sentido, confirmam-se os julgados:

**AGRAVO REGIMENTAL. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. DECISÃO DE MÉRITO. INEXISTÊNCIA. ART. 14, § 4º, DA LEI Nº 10.259/2001. PEDIDO NÃO CONHECIDO.**

*1. Para que este Superior Tribunal de Justiça examine incidente de uniformização, mister que a Turma Nacional tenha contrariado súmula ou jurisprudência dominante acerca de questão de direito material, o que não ocorreu na espécie.*

*2. Agravo regimental a que se nega provimento.*

**(AgRg na Pet 7.518/PR, 3ª Seção, Min. Maria Thereza de Assis /Moura, DJe de 6/9/2011)**

# *Superior Tribunal de Justiça*

**AGRAVO REGIMENTAL NA PETIÇÃO. JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIREITO MATERIAL NÃO APRECIADO NA ORIGEM. INADMISSIBILIDADE DO INCIDENTE.**

1. A teor do disposto no art. 14, § 4.º, da Lei n.º 10.259/2001, "quando a orientação acolhida pela Turma de Uniformização, em questões de direito material, contrariar súmula ou jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça - STJ, a parte interessada poderá provocar a manifestação deste, que dirimirá a divergência".

2. Em relação ao tema, asseverou esta Terceira Seção, ao julgar o Agravo Regimental na Petição n.º 6.297/RJ, do qual Relatora a em. Ministra Laurita Vaz (DJ 04.08.08), que a remessa do incidente de uniformização de jurisprudência a este Superior Tribunal de Justiça somente será possível quando a decisão da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais tratar de questões relacionadas com o direito material e contrariar súmula ou jurisprudência dominante desta Corte.

3. No caso dos autos, todavia, a mencionada Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência inadmitiu o incidente a ela dirigido por motivos exclusivamente processuais, razão por que não foi apreciada qualquer questão de direito material, tornando-se, nessa extensão, incabível o incidente.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

**(AgRg na Pet 7.549/PR, 3ª Seção, Min. Og Fernandes, DJe de 8/4/2010)**

No presente caso, o pedido de uniformização foi apresentado contra acórdão exarado pela Turma Nacional de Uniformização, que não conheceu do incidente.

Assim, considerando que o pedido de uniformização de jurisprudência somente é cabível de decisão oriunda do colegiado da Turma Nacional que, adentrando na questão de direito material, contrarie súmula ou jurisprudência dominante do STJ, não se conhece do pedido dirigido contra acórdão que esbarra em matéria processual.

Nesse sentido:

**PROCESSUAL CIVIL. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI - PUIL. ART. 14, § 4º, DA LEI N. 10.259/2001. INTERPOSIÇÃO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA. DESCABIMENTO.**

1. A teor do disposto no art. 14, § 4º, da Lei n. 10.259/2001,

# *Superior Tribunal de Justiça*

*caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal, dirigido a esta Corte, quando a orientação acolhida pela Turma Nacional, em questões de direito material, contrariar súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.*

*2. Caso em que o incidente de uniformização foi formulado em desafio à decisão da Presidência da Turma Nacional de Uniformização.*

*3. Agravo interno não provido.*

**(AgInt no PUIL 72/PR, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 23/08/2017, DJe 09/10/2017)**

**PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. ART.14, § 4º, DA LEI 10.259/2001**

*1. O pedido de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça somente é cabível de decisão oriunda da Turma Nacional contrária à súmula ou jurisprudência dominante desta Corte Superior (arts. 14, § 4º, da Lei 10.259/2001, e 36 da Resolução n. 22, de 4 de setembro de 2008).*

*2. Na hipótese dos autos, observa-se que, da decisão monocrática referendada pela 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais, que conheceu e proveu o recurso inominado de iniciativa da FNS- Fundação Nacional de Saúde, a requerente apresentou incidente de uniformização nacional, que foi inadmitido por decisão monocrática exarada pelo Presidente da 1ª Turma Recursal. Todavia, não consta dos autos eventual requerimento para que aquele incidente fosse submetido ao Presidente da Turma Nacional de Uniformização, e tampouco decisão proferida pela Turma Nacional. Logo, incabível o presente pedido de uniformização de jurisprudência.*

*3. Agravo regimental não provido.*

**(AgRg na Pet 8.864/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 14/2/2012).**

**AGRAVO REGIMENTAL EM INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INCIDENTE MANIFESTADO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE RELATOR INTEGRANTE DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA - TNU. IMPOSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO.**

*É requisito para a admissão e processamento do incidente de uniformização de jurisprudência perante o e. Superior Tribunal de Justiça, sob pena de supressão de instância, que a matéria objeto da divergência tenha sido submetida à apreciação do colegiado da e. Turma Nacional de Uniformização de*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*Jurisprudência - TNU.*

*Interpretação dos arts. 14, § 4º, da Lei nº 10.259/2001 e 36 da Resolução CJF nº 22/2008.*

*Agravo regimental desprovido.*

**(AgRg na Pet 7551/PR, Rel. Ministro Felix Fischer, DJe 18/12/2009)**

**ANTE O EXPOSTO**, não conheço do pedido de uniformização de jurisprudência, com fundamento no art. 34, XVIII, do RISTJ.

Publique-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

**MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
Relator